

ESPAÇO ABERTO

Uma política sem choques

PAULO LUDMER

A economia brasileira não pode suportar qualquer preço para a energia elétrica, um insumo onipresente nas atividades produtivas. O Brasil merece uma política tarifária racional para a energia elétrica, aderente aos custos econômicos reais, que não podem flutuar ao sabor de quaisquer injunções.

O País — especialmente sua indústria de base, grande consumidora de KW — não pode absorver custos contábeis e artificiais, seqüestros e fúrias fiscais, hoje praticados pelo setor elétrico, ou às custas dele, nada transparentes e que parecem nunca saciar a voracidade dos autores dessa política.

Cada consumidor deve pagar o que o serviço de fornecimento de eletricidade custa, nem um tostão a mais. Assim, se esse serviço requer uma obra orçada em US\$ 1 mil por KW, os brasileiros não podem sofrer custos de US\$ 3 mil pelo KW. Precisamos de um algoritmo, regras claras e duradouras, mecanismos pelos quais a sociedade fiscalize e aprove o que se faz. Desgraçadamente, contudo, não há no País duas dezenas de pessoas e de instituições que conheçam a calculeira surrealista atual, que não premia a eficiência e a racionalidade econômica. Tampouco ficam claras, no País, as responsabilidades pela paternidade das deformações que se sucedem nesta área, dia a dia. Não há de quem cobrar rigor e eficácia.

É insano pensar que algum governo possa abdicar de uma política energética e de uma política industrial rebatendo tarifas para estratos sociais de baixa renda ou incentivando desenvolvimentos estratégicos. Ao mesmo tempo, é desformador e ineficiente promover essas políticas às custas das empresas de energia elétrica. Em suma, se o governo quer desenvolver políticas, que o faça através de seus cofres, com a cooptação de todos os seus representados, mas nunca destruindo arbitrariamente esse serviço público, como fez nos últimos 20 anos, atrás de objetivos eleitoreiros.

É maligno, também, adotar tarifas incentivadas para a baixa renda, extraindo compensatoriamente mais dinheiro das áreas produtivas. De um lado, o favelado acaba lavando o chão do seu barraco com água quente do chuveiro elétrico. Do outro, os setores mais ágeis conseguem, rapidamente e com eficácia, repassar custos para os preços dos produtos e serviços, numa verdadeira cascata. Quer dizer: a população paga a conta duas vezes, exatamente a conta que alguns políticos e tecnocratas equivocados gostariam de evitar. Pagam também as empresas cujos mercados são inelásticos a aumentos de preços, no Brasil e no Exterior.

A indústria de base não pode pagar por custos artificiais

A razão de ser do setor elétrico é o consumidor. E não há produção economicamente viável se hoje pagar simultaneamente todas as necessidades do setor elétrico: custeio, investimentos e serviços da dívida. Façam-se as contas: o setor deve, no Exterior, uns US\$ 30 bilhões; internamente, deve, no mínimo, US\$ 10 bilhões; fatura US\$ 11 bilhões e precisa investir, devido a atrasos nos últimos três anos, US\$ 8 bilhões ao ano. É óbvio que não há tarifa para tanto. De qualquer modo, há voracidade!

No Plano Verão, as tarifas de energia elétrica foram aumentadas (7% para a baixa renda e 15,9% para as indústrias, as únicas que remuneram há 15 anos o que custam para o setor elétrico), enquanto quase todo o resto da economia foi congelado. A tarifa fiscal é ilegalmente retroativa, e tudo se passa como se alguém pudesse produzir, hoje, sem saber quais vão ser seus custos.

Não bastasse isso, a *Gazeta Mercantil* deu em manchete que o setor elétrico se sentiu desatendido: queria mais 15 ou 16% de aumento. Ora, temos documentos oficiais que provam que há meses e meses a indústria, em alta tensão, paga muito mais do que o custo marginal que deveria ser praticado pelo setor elétrico em 1995.

Saiba-se que o custo marginal é o do futuro incremento da oferta de KWh. Portanto, é mais alto do que o das usinas hoje em operação, porque envolve usinas mais longínquas e de transmissão mais longa. Em outros termos, hoje, sobre um parque elétrico depreciado, cobram-nos mais do que a reposição desses ativos. Ou seja: a cada dia que passa aumentam, sem nenhum freio, o que chamam de custos. Não há limite, não há custo de referência a que alguém obedeça. O governo age como se a sociedade devesse engolir qualquer custo, a qualquer tempo, no universo da energia elétrica sem a qual não podemos viver. Se há atrasos, sobrepreços, erros e omissões, azar dos brasileiros.